

RAP FEMININO NA PERIFERIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: RESISTÊNCIA, CUIDADO E ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL NA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Keilla Rafaelle do Rosário Cardoso

<https://orcid.org/0009-0007-2217-297X>

E-mail: keillarafaelly@gmail.com

Camila de Freitas Moraes Garcia

FACI WYDEN

<http://lattes.cnpq.br/0376021529783014>

<https://orcid.org/00090000-0001-6745-4195>

E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br

Maria Ivanete Ferreira Moraes

ESAMAZ ABAETETUBA

<https://orcid.org/00090009-0009-2183-6791>

E-mail: ivaneteferreira@hotmail.com

Déborah Luiza Frazão Matos

FACI WYDEN

<https://lattes.cnpq.br/7411582952834106>

<https://orcid.org/00090009-0000-7305-8324>

E-mail: deborahfrazaoopsi@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2026.01>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2026.01-06>

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar o rap feminino periférico como espaço de produção de subjetividade, resistência e cuidado em saúde mental, à luz da Psicologia Comunitária e de perspectivas interseccionais e decoloniais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada em autoras e autores que discutem racismo estrutural, gênero, território e processos subjetivos. Discute-se como mulheres negras utilizam o rap para denunciar violências estruturais, ressignificar experiências e afirmar identidades, configurando a arte como prática política, coletiva e de promoção de saúde mental nos territórios periféricos.

PALAVRAS-CHAVE: Rap feminino. Resistência. Saúde mental. Periferia. Subjetividade. Psicologia comunitária.

FEMALE RAP ON THE PERIPHERY AND PRODUCTION OF SUBJECTIVITIES: RESISTANCE, CARE AND CONFRONTING STRUCTURAL RACISM IN COMMUNITY PSYCHOLOGY

ABSTRACT: This study aims to analyze female rap in peripheral contexts as a space for the production of subjectivities, resistance, and mental health care, based on Community Psychology and intersectional and decolonial perspectives. Methodologically, it is a bibliographic study grounded in authors who discuss structural racism, gender, territory, and subjective processes. It examines how Black women use rap to denounce structural

violence, reframe experiences, and affirm identities, configuring art as a political, collective practice and a tool for promoting mental health in peripheral territories.

KEYWORDS: Female rap. Resistance. Mental health. Periphery; subjectivity. Community psychology.

PREÂMBULO

“Sociedade choque eu vim para incomodar / aqui o santo é forte, é melhor se acostumar / quem foi que disse que isso aqui não era pra se equivocar/ Fui eu quem criei, vivi, escolhi, me descobri, e agora aqui estou.” (Karol Conká, 2015).

As periferias urbanas brasileiras constituem-se como territórios marcados por desigualdades estruturais, atravessadas por raça, classe, gênero, sexualidade e território. Nesse contexto, mulheres periféricas e sobretudo, negras ocupam desde o período da Invasão Colonial posições historicamente subalternizadas, sendo frequentemente privadas de reconhecimento social, de direitos e de espaços de fala. E é nesse sentido que a arte surge como anteparo frente a propulsão de vida e da resistência aos espaços que comumente buscam aniquilar tais corpos, seja em seu sentido material ou físico. Ou seja, O conceito de direito à cidade, elaborado por Lefebvre (2001), aponta para a possibilidade de que todos os sujeitos participem ativamente da produção e da transformação dos espaços urbanos, exercendo plenamente sua cidadania. No entanto, quando se trata da população periférica, negra e feminina, essa participação é historicamente atravessada por impedimentos tanto no plano material quanto simbólico. O acesso à cidade, nesse sentido, é frequentemente negado ou restringido, fazendo com que esses sujeitos sejam posicionados em contextos marcados pela segregação, pela violência e por múltiplas formas de exclusão. (Moraes; Ribeiro; Ribeiro, 2023).

Ainda que Fanon (1979) tenha se dedicado sobretudo à análise dos efeitos do colonialismo nas sociedades africanas, suas reflexões também oferecem elementos importantes para pensar o espaço urbano no território brasileiro. Uma vez que, o autor evidencia como as cidades coloniais se estruturam a partir de hierarquias raciais e sociais, nas quais os sujeitos colonizados vivenciam a marginalização, a precarização e a violência como dimensões constitutivas de sua existência. Assim, ao que se faz referência ao movimento do rap, hip hop, trap, funk dentre outros gêneros musicais que são apreendidos

pelo poder-saber colonial pela via da marginalização e da exclusão social. Esses, fazem brechas, fissuras essenciais, pois emergem da luta política e cultural como manifestação e resistências as arbitrariedades do Estado-nação. Em especial aqui, o rap, pois fundamenta-se tanto em suas expressões artísticas quanto nos espaços coletivos de diálogo e reflexão promovidos entre seus integrantes. Ademais, tal arte, consolida-se em práticas de mobilização social, notadamente nos momentos em que seus participantes se organizam para reivindicar direitos e visibilizar demandas junto às instâncias institucionais e à sociedade civil. (Castro, 2005).

Isto quer dizer que, mesmo diante das expressões culturais e artísticas, corpos periféricos e negros são continuamente atravessados por violências interseccionais enquanto lógica organizadora da sociedade, uma vez que estas não apenas produzem desigualdades materiais, mas também incidem sobre a constituição subjetiva dos sujeitos, afetando seus modos de existir, sentir e se perceber no mundo. Conforme já nos ensinara Souza (1983), a experiência racializada inscreve marcas intensas e/ou profundas na formação psíquica de pessoas negras, especialmente no que se refere à construção da autoestima e do reconhecimento e diante desse cenário, práticas culturais oriundas das periferias, como o rap, emergem como espaços de elaboração simbólica e resistência. Quando protagonizado por mulheres, o rap tensiona não apenas o racismo, mas também o sexismo e o cisheteropatriarcado, criando fissuras nos regimes de silenciamento historicamente impostos desde o período colonial. (Flauzina, 2008; Silva, 2025)

Nesse interim, é fundamental reconhecer a relevância da perspectiva interseccional e dos estudos decoloniais para aprofundar as análises nos estudos no campo da Psicologia Comunitária, especialmente quando se busca compreender a experiência artística de mulheres periféricas e negras. Isso implica considerar, de forma articulada, diferentes marcadores sociais, como raça/etnia, gênero, sexualidade e classe social, que atravessam e constituem essas vivências e/ou experiências. Haja vista que, a interseccionalidade, conceito formulado por Crenshaw em 1989, no contexto das lutas de mulheres negras estadunidenses, nos oferece um instrumental teórico essencial para compreender fenômenos como as práticas musicais em sua inseparabilidade das

estruturas de opressão, tais como o racismo estrutural, o capitalismo e o cisheteropatriarcado (Gumes; Lima, 2024).

ENTRE RIMAS E INSURGÊNCIAS

Sawaia (2016), especialmente em “*As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*”, propõe uma leitura dos fenômenos sociais ancorada em uma perspectiva ética, crítica, política e historicamente situada. Nessa direção, a autora se afasta de abordagens que reduzem a realidade social a dados numéricos, chamando atenção para o fato de que as desigualdades se materializam em experiências concretas, vividas por sujeitos atravessados por condições estruturais de injustiça. É nesse contexto que ganha centralidade o conceito de sofrimento ético-político, entendido como aquele que nasce das situações de negação de direitos, das violências cotidianas e das múltiplas formas de violência. Não se trata de um sofrimento restrito ao campo individual ou passível de ser explicado apenas por categorias psicopatológicas, mas, de um sofrimento coletivo, ou seja, as estruturas sociais incidem sobre a vida psíquica, evidenciando que subjetividade e realidade social não podem ser pensadas separadamente.

A referida autora nos convoca a pensar a exclusão social de outra maneira, não como algo estático e/ou fixo, mas como um processo que se constrói nas relações cotidianas. Nessa perspectiva, a exclusão aqui, não significa tão somente estar fora da sociedade, mas, pelo contrário, já que muitos sujeitos estão dentro dela produzindo conhecimento, cultura, trabalho, porém em posições desiguais, ocupando lugares marcados pela subalternidade e pela invisibilidade. É o que ela chama de inclusão perversa, uma forma de pertencimento atravessada por desigualdades profundas e que cria abismos e tensões constantes entre estar incluído e, ao mesmo tempo, não se sentir parte, produzindo marcas subjetivas importantes, como sentimentos de desvalor, inadequação, marginalização e não pertencimento. Ao aproximarmos essa discussão da psicologia comunitária e dos estudos interseccionais e decoloniais, abre-se a possibilidade de enxergar a expressão artística como um território potente de cuidado e elaboração

subjetiva, especialmente em contextos atravessados por desigualdades sociais. Nesse sentido, o rap se destaca como uma prática que acolhe experiências compartilhadas, fortalece identificações coletivas e cria espaços de fala e escuta. Por meio dele, sujeitos historicamente silenciados encontram formas de narrar suas vivências, produzir sentidos sobre si e construir outras possibilidades de existência no mundo.

Nesse aspecto, ao aproximar o debate da psicologia comunitária, bem como dos estudos interseccionais e decoloniais, torna-se possível reconhecer a expressão artística como um campo fértil de produção de cuidado, vínculo e elaboração subjetiva, sobretudo em contextos marcados por desigualdades. O rap, nesse cenário, destaca-se por sua capacidade de reunir experiências comuns, criar identificação coletiva e abrir espaços de fala e escuta entre sujeitos historicamente silenciados e marginalizados.

Porquanto, quando olhamos, em especial, para o rap feminino periférico e negro, percebemos um movimento ainda mais potente. Essas produções não apenas narram dores, mas também afirmam existências, reconstruindo sentidos e deslocando imagens historicamente produzidas sobre esses corpos. Ao fazer isso, instauram fissuras nas formas dominantes de poder, que insistem em desqualificar saberes e modos de vida que escapam às normas herdadas de uma lógica colonial e assim, o rap ultrapassa o campo da expressão artística e se constitui como prática política e dispositivo de cuidado, uma vez que, ele cria condições para outras formas de pertencimento e reconhecimento, ao mesmo tempo em que fortalece processos de elaboração subjetiva. Nesse movimento, as vozes que emergem das periferias não apenas resistem, mas produzem conhecimento, epistemologias, culturas, afirmam presença e reinventam possibilidades de existir no mundo.

Como nos sinaliza Donda e Leão (2021, p. 02):

À medida que nos debruçamos sobre as potencialidades da música como ferramenta política de resistência e expressão, as implicações subjetivas para quem a escuta e a utiliza em seus espaços laborais emergem como temáticas fundamentais para uma compreensão mais detalhada sobre o seu uso no contexto clínico. Nesse sentido, a música composta e/ou interpretada por mulheres negras pode facilitar a expressão de narrativas que, por um lado, podem ser difíceis de serem verbalizadas e, por outro, podem nunca ter sido concebidas ou acolhidas anteriormente, exceto por meio da escuta de outras vozes e narrativas

de vida. Deste modo, a música como ferramenta terapêutica não apenas oferece um espaço para a expressão e o compartilhamento de emoções e reflexões, mas também promove um contato mais próximo com as histórias de vida de outras pessoas.

Nesse sentido, o rap produzido por mulheres negras e das periferias não apenas expressam suas vivências, mas elaboram criticamente as múltiplas opressões interseccionais que atravessam seus corpos e territórios. Trata-se de uma prática que articula denúncia e anúncio, na medida em que evidencia as violências estruturais e, simultaneamente, constrói possibilidades de reexistência e afirmação identitária. Essa dimensão é fundamental para a psicologia comunitária, pois evidencia que os processos de cuidado e saúde mental não se restringem a espaços clínicos formais, mas também se produzem nos territórios, nas margens, nas culturas e nas práticas coletivas. (Sawaia, 2016).

Desse modo, temos enquanto exemplo das questões acima supracitadas, o rap de Mc. Sofia (2016), *Menina Pretinha*, que se apresenta como uma narrativa de afirmação identitária e enfrentamento às opressões. A canção não apenas valoriza a beleza negra, mas também se inscreve como um gesto político de denúncia frente ao racismo estrutural e ao sexismo que atravessam, de maneira sócio-histórica, os corpos de meninas e mulheres negras no Brasil, como pode-se observar nas estrofes abaixo:

Menina pretinha

Exótica não é linda

Você não é bonitinha

Você é uma rainha

Menina pretinha

Exótica não é linda

Você não é bonitinha

Você é uma rainha

Devolva minhas bonecas

Quero brincar com elas

Minhas bonecas pretas

O que fizeram com elas?

Vou me divertir enquanto sou pequena
Barbie é legal, mas eu prefiro a Makena africana
Como história de griô, sou negra
E tenho orgulho da minha cor

[...]

O meu cabelo é chapado, sem precisar de chapinha
Canto rap por amor, essa é minha linha
Sou criança, sou negra, também sou resistência
Racismo aqui não, se não gostou, paciência.

Ao afirmar a beleza negra em uma sociedade marcada por padrões estéticos eurocentrados, a música tensiona aquilo que Gonzalez (1988) já apontava como o processo de desumanização e inferiorização da população negra, especialmente das mulheres, logo, *Menina Pretinha (2016)* atua como um dispositivo de reconstrução simbólica, no qual a criança negra pode se reconhecer positivamente, rompendo com imagens sociais que historicamente a colocam em lugares de subalternidade e negação de si. E para além disso, ao vocalizar e denunciar as experiências de racismo e exclusão, a obra também dialoga com o que Kilomba (2019) discute sobre a necessidade de transformar o silêncio imposto em fala, deslocando sujeitos negros da posição de abjeto para a de sujeitos de enunciação, como bem se explana na forma como a música afirma o corpo feminino negro como potência, sendo apresentado e representado como lugar de beleza, força e dignidade e de ancestralidade. Nesse movimento, o rap se torna um espaço de catarse, elaboração subjetiva e de produção de sentido, no qual a dor, a violência e a resistência são compartilhadas e ressignificadas coletivamente.

Outro ponto a ser observado, faz referência a ocupação da cidade por esses corpos e por essas expressões artísticas pode ser apreendida como uma fissura nas lógicas excludentes que historicamente organizam o espaço urbano. E isso quer dizer, que quando mulheres negras e periféricas ocupam ruas, praças, palcos e espaços públicos por meio do rap, estas produzem deslocamentos simbólicos e materiais que tensionam a ordem vigente. Essa presença se configura como ato de resistência e luta política, na medida em

que reivindica visibilidade, direito à cidade e reconhecimento, rompendo com dinâmicas de segregação e controle que buscam restringir seus modos de existir. (Moraes; Ribeiro; Ribeiro, 2023; Lefebvre, 2001)

Assim, o rap feminino e negro questiona quem detém o direito à fala e cria outras formas de existência que são, simultaneamente, resistência e invenção. Trata-se, portanto, de um movimento que não apenas resiste, mas também produz formas de vida coletivas, dignas, plurais e emancipatórias, ancoradas na experiência, na ancestralidade, na luta por dignidade e frente a propulsão de vida.

O RAP FEMININO COMO PRODUÇÃO DE CUIDADO COLETIVO E SAÚDE MENTAL NAS PERIFERIAS

Ao aplicarmos a discussão acerca do rap feminino para além da sua dimensão estética e política, torna-se fundamental compreendê-lo também como um dispositivo de cuidado em saúde mental, especialmente em territórios marcados por desigualdades estruturais. Nesse contexto, o cuidado ultrapassa os limites institucionais e se manifesta nas relações cotidianas, nas narrativas compartilhadas e nos espaços coletivos de escuta, acolhimento e reconhecimento entre sujeitos que dividem experiências semelhantes.

Nesse sentido, a produção musical de artistas como Drik Barbosa (2019) e Duquesa (2020) evidencia como o rap pode operar como ferramenta de elaboração subjetiva. Em suas letras, são recorrentes temas como ansiedade, autoestima, racismo, relações afetivas e contrição de identidade, os quais dialogam diretamente com experiências vividas por mulheres negras e periféricas.

Tal perspectiva dialoga com as construções de bell hooks (2000) que compreende a arte como prática de liberdade e como possibilidade de cura coletiva, sobretudo para sujeitos historicamente marginalizados. Da mesma forma, Achille Mbembe (2018) contribui ao evidenciar como corpos negros, submetidos a contextos de violência estrutural, constroem formas de resistência que também são modos de produzir vida e cuidado.

Assim, o rap feminino pode ser compreendido como uma prática de cuidado coletivo, na medida em que possibilita a transformação de experiências individuais de dor em narrativas coletivas de resistência e elaboração.

ESTÉTICAS DECOLONIAIS E RECONFIGURAÇÃO DE IDENTIDADES NO RAP FEMININO CONTEMPORÂNEO

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão estética e simbólica do rap feminino enquanto prática decolonial, que tensiona padrões hegemônicos de beleza, linguagem e existência historicamente construídos a partir de uma lógica eurocêntrica. As artistas contemporâneas não apenas denunciam opressões, mas também constroem novas imagens e narrativas sobre o ser mulher, negra e periferia em uma sociedade misógina e machista. Nesse contexto, mulheres negras e periféricas passam a ocupar espaços simbólicos e materiais que lhes foram historicamente negados, produzindo novas formas de visibilidade, reconhecimento e pertencimento. Tal movimento não se restringe ao campo artístico, mas incide diretamente na forma como essas sujeitas constroem e narram suas próprias identidades.

Ao analisarmos a produção de artistas como Tasha & Tracie (2021) e Ajuliacosta (2022) exemplificam esse movimento ao incorporarem em suas produções elementos da cultura periférica, da moda, da ancestralidade e da vivência urbana, ressignificando estigmas historicamente associados a esses territórios e a cultura nesse inserida. Em suas letras, é possível identificar discursos de afirmação coletiva e fortalecimento identitário como no verso “Nós por nós sempre” (Tasha; Tracie, 2021), que evidencia a centralidade da coletividade como estratégia de sobrevivência e resistência nas periferias. Tal enunciação revela uma dimensão comunitária que ultrapassa o individual, apontando para a construção de redes de apoio e reconhecimento mútuo, fundamentais em contextos marcados por desigualdades estruturais. Assim, o rap feminino se configura como espaço de produção de vínculos, memória e pertencimento.

Esse movimento encontra respaldo nas reflexões de Stuart Hall (2003), ao discutir identidade como processo em constante construção, atravessado por relações de poder,

cultura e representação. Nesse sentido, as artistas do rap feminino participam ativamente da disputa simbólica por significados, reconfigurando imagens historicamente cristalizadas sobre o corpo feminino, negro e periférico. Ao fazer isso, produzem rupturas com as narrativas coloniais que associam esses corpos à subalternidade, ao silêncio e à invisibilidade. Da mesma forma, Lélia Gonzalez (1988) já apontava para a necessidade de valorização das matrizes culturais negras e latino-americanas como forma de resistência ao colonialismo cultural. Sob essa perspectiva, o rap feminino contemporâneo atua como um campo de produção de epistemologias outras, que emergem das margens e desafiam saberes hegemônicos. Ao articular estética, política e subjetividade, essas produções evidenciam o potencial transformador da cultura na construção de modos de vida mais dignos, coletivos e emancipatórios.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão estética dessas produções, que ultrapassam a música e se estende para o corpo, a moda, a linguagem e a performance. A forma como essas artistas se apresenta – seus cabelos, roupas, gestualidades e formas de ocupação de espaço – também constitui um discurso político, que desafia normas de gênero, raça e classe. Nesse sentido, a estética se torna um campo de disputa simbólica, no qual são construídas novas possibilidades de representação e identificação. Ao ressignificarem estigmas associados à periferia, ao corpo negro e à feminilidade, essas artistas produzem deslocamentos simbólicos importantes, contribuindo para a construção de novas referências identitárias. Trata-se de um movimento que não apenas resiste às estruturas opressoras, mas também reinventa as formas de existência, produzindo subjetividades afirmativas e plurais.

Ao discutir sobre a potência decolonial do rap feminino, é fundamental recorrer ao conceito de colonialidade do poder formulado por Quijano (2005), que demonstra como a colonização instituiu um padrão de poder mundial baseado na hierarquização racial e na subalternização de saberes e estéticas não europeias. Nesse sentido, o rap produzido por mulheres negras e periféricas opera como uma ruptura com essa colonialidade ao afirmar modos de existência, corporeidades e linguagens que historicamente foram relegados ao lugar do não-ser. Conforme apontam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), a perspectiva decolonial não se limita a denunciar as heranças

coloniais, mas busca ativamente construir alternativas epistêmicas a partir das margens. É nesse movimento que o rap feminino se firma, não apenas como denúncia, mas como proposição de outras formas de ser, sentir e estar no mundo, tensionando a lógica colonial que ainda opera na produção de subjetividades, especialmente nos corpos femininos negros e periféricos.

Outra contribuição relevante para pensar a reconfiguração identitária promovida pelo rap feminino é a noção de "pretuguês" de Gonzalez (2020), que evidencia como a população negra brasileira produziu formas próprias de expressão que mesclam heranças linguísticas africanas com o português colonial, afirmando uma identidade cultural afro-latino-americana. Essa perspectiva tem sido retomada por estudos recentes que investigam o rap de mulheres no Brasil, com trabalhos que aproxima o conceito de pretuguês das produções de rappers contemporâneas para demonstrar como a linguagem do rap, com suas gírias, ritmos e modos de enunciação próprios das periferias, constitui um ato de insurgência linguística e epistêmica. Ao recusarem o padrão linguístico hegemônico dominante e afirmarem suas próprias gramáticas, as artistas do rap feminino não apenas comunicam conteúdos de resistência, mas performam, na própria forma da linguagem, uma recusa à subalternização imposta pela colonialidade.

A dimensão estética do rap feminino também pode ser compreendida por meio de práticas de ensino-aprendizagem que emergem das lutas sociais e dos movimentos de resistência, produzindo conhecimentos a partir do corpo, do território e da memória. Quando artistas como Tasha & Tracie (2021) e Ajuliacosta (2022) incorporam em seus videoclipes, figurinos e performances uma estética que valoriza o cabelo crespo, as referências ao funk, ao passinho e à moda de rua periférica exercem uma pedagogia decolonial que ensina às suas comunidades e à sociedade em geral novas possibilidades de representação do corpo feminino negro (Nogueira; Arruda, 2025). Assim, a estética decolonial no rap feminino não é um adorno, mas sim um campo de disputa simbólica no qual se reconfiguram identidades e se produzem novas referências de pertencimento e dignidade.

Por fim, ao articular estética, política e subjetividade, o rap feminino contemporâneo evidencia seu potencial transformador na produção de identidades

plurais, afirmativas e descolonizadas. Trata-se de uma prática que não apenas resiste às estruturas de opressão, mas também reinventa modos de existência, abrindo caminhos para a construção de subjetividades mais livres, dignas e coletivamente sustentadas. Dessa forma, o rap feminino se consolida como um campo de potência, no qual arte e vida se entrelaçam na produção de novos horizontes de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, buscou-se compreender o rap feminino produzido nas periferias como um campo potente de produção de subjetividades, resistência e cuidado, articulando. A partir das análises desenvolvidas, torna-se evidente que tais produções artísticas não podem ser reduzidas a meras expressões culturais ou estéticas, uma vez que se configuram como práticas políticas, éticas e coletivas que incidem diretamente sobre os modos de existir, sentir e significar o mundo.

Nesse sentido, evidenciou-se que o rap feminino, especialmente quando protagonizado por mulheres negras e periféricas, ópera como um dispositivo de enfrentamento às múltiplas formas de violência estrutural que atravessam esses corpos e territórios. Ao transformar experiências historicamente marcadas pelo silenciamento em narrativas públicas, essas artistas deslocam posições de subalternidade, assumindo o lugar de sujeitas de enunciação e produtoras de conhecimento. Tal movimento dialoga diretamente com a noção de que a subjetividade não se constitui de maneira isolada, mas em constante relação com as condições sociais, históricas e políticas que atravessam sujeitos (Sawaia, 2016).

Além disso, ao analisarmos o rap como prática de cuidado, torna-se possível ampliar o entendimento de saúde mental para além de uma perspectiva individualizante e patologizante. As produções musicais aqui discutidas evidenciam que o cuidado também se constrói nos territórios, nas relações coletivas e nas práticas culturais, funcionando como espaços de escuta, reconhecimento e elaboração simbólica. Nesse aspecto, o rap feminino se apresenta como um importante recurso de mediação subjetiva, permitindo que experiências de dor, racismo, desigualdade e exclusão sejam

ressignificadas de forma coletiva, promovendo pertencimento e fortalecimento identitário.

Outro ponto central refere-se à dimensão estética e decolonial dessas produções, que tensionam padrões hegemônicos de representação, especialmente no que diz respeito ao corpo feminino, negro é periférico. Ao afirmar outras narrativas de beleza, identidade e existência, essas artistas produzem deslocamentos simbólicos que desafiam a lógica colonial ainda presente nas estruturas sociais e culturais. Tal momento contribui para a construção de epistemologias outras, que emergem das margens e que reivindicam legitimidade frente aos saberes hegemônicos, conforme apontado por autoras como Gonzalez (1988) e pensadores contemporâneos do campo dos estudos culturais e decoloniais.

Cabe ainda ressaltar que a potência do rap feminino periférico como prática decolonial não se esgota no plano simbólico, mas está diretamente ligado às condições materiais de existência dessas mulheres. Conforme discute Ferreira e Santos (2022) ao analisarem o papel ativo de rappers negras e indígenas na América Latina, essas artistas utilizam o rap como ferramenta para pautar a agenda pública, denunciando o racismo institucional, a violência policial e a precarização do trabalho que atingem desproporcionalmente corpos femininos negros e periféricos. As canções transformam-se em instrumentos de mobilização comunitária que sobrepõem o campo artístico e alimentam redes de solidariedade e luta por direitos. Essa articulação entre arte e política evidencia que o rap feminino não se trata de uma expressão cultural descolada das condições concretas de vida, mas sim de uma prática situada, enraizada nos territórios periféricos e comprometida com a transformação social.

Ademais, é preciso reconhecer que o rap feminino periférico, ao operar como dispositivo de cuidado e produção de saúde mental, aponta para a necessidade de a Psicologia, particularmente a Psicologia Comunitária, incorporar as práticas culturais como recursos legítimos de intervenção e promoção de bem-estar. O empoderamento e o fortalecimento da identidade de mulheres negras no rap está intimamente atrelado à possibilidade de nomear dores historicamente silenciadas, partilhar sobre experiências comuns e dar novo sentido ao sofrimento psíquico decorrente das formas de violência

sofridas por anos a fio. O rap se transforma em uma prática de cuidado que não substitui, mas dialoga com os mecanismos de saúde, ampliando as possibilidades de acolhimento em contextos em que o acesso a serviços de saúde mental é precário ou insuficiente.

Considerando os limites deste trabalho, de natureza bibliográfica, aponta-se a necessidade de pesquisas empíricas que investiguem de forma mais aprofundada como o rap feminino opera na produção de subjetividades e no cuidado em saúde mental nos territórios periféricos, ouvindo diretamente as artistas, suas comunidades e seus públicos. Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para a valorização do rap feminino enquanto campo de conhecimento legítimo e para a afirmação de que arte, política e vida são dimensões indissociáveis na luta por justiça social, dignidade e reconhecimento.

Ademais, destaca-se que o rap feminino não apenas denuncia desigualdades, mas também anuncia possibilidades de resistência. Trata-se de um movimento que articula crítica social e produção de vida, evidenciando que, mesmo em contextos marcados pela precarização da vida pela violência, há a construção de estratégias coletivas de resistência, cuidado e reinvenção de si. Nesse sentido, tais práticas artísticas podem ser compreendidas como tecnologias sociais que contribuem para a promoção de saúde mental, fortalecimento comunitário e ampliação de direitos.

Por fim, conclui-se que o rap feminino periférico se constitui como um campo de potência no qual arte, política e subjetividade se entrelaçam, produzindo fissuras nas estruturas de opressão e abrindo caminhos para modos de existência mais dignos, plurais e emancipatórios. Assim, mais do que resistir, essas vozes reexistem, transformando o cotidiano em espaços de criação, cuidado e luta.

REFERÊNCIAS

AJULIACOSTA. **Bonde da Juju**. São Paulo: independente, 2022. 1 single. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Wl0vP2Z3mM>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BARBOSA, Drik. **Quem tem joga**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. 1 single. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QwQ8rZQ0n5Q>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane. Juventude, cultura hip-hop e política. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.ufr.edu.br/acervo/268723>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CONKÁ, Karol. **É o Poder**. Produção: Tropkillaz. Curitiba: Buuum/Skol Music, 2015. 1 single. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vBMzwrRB5og>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero: cruzamento: raça e gênero**. Brasília, DF: Unifem, 2002.

DONDA, Darlene Cristina; LEÃO, Eliseth Ribeiro. **A música como intervenção em projetos de saúde**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 55, p. e03715, 2021. DOI: 10.1590/s1980-220x2020002203715. Disponível em: <https://revistas.usp.br/reeusp/article/view/186051>. Acesso em: 12 abr. 2026.

DUQUESA. **99 problemas**. Salvador: Independente, 2020. 1 single. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YVQYkqM8b6I>. Acesso em: 20 abr. 2026.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1988.

GUMES, Nadja Vladi; RODRIGUES LIMA, Tatiana. **A performance decolonial de Rachel Reis no álbum Meu Esquema e a cena musical afrolatina de Salvador**. Revista Vórtex, [S. l.], v. 12, p. 1-30, 2024. DOI: 10.33871/vortex.2024.12.8724. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/vortex/article/view/8724>. Acesso em: 14 abr. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Psicologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MC SOFFIA. **Menina Pretinha**. São Paulo: Independente, 2016. 1 single. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cbOG2HS1Wko>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MONTEIRO, Maritza. **Introdução à psicologia comunitária: desenvolvimento, conceitos e processos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARDOSO, K.R.R.; GARCIA, C.F.M.; MORAES, M.I.F.; MATOS, D.L.F. Rap feminino na periferia e produção de subjetividades: resistência, cuidado e enfrentamento ao racismo estrutural na psicologia comunitária. Texto completo. **Anais – V Congresso Nacional de Educação na Contemporaneidade**, Natal/RN, v. 3, n. 1, p. 06-21, mai./2026.

MORAES, Camila de Freitas; RIBEIRO, Cristine Jaques; RIBEIRO, Deisy Jaques. **Cidade e racismo: nas interlocuções entre Lefebvre e Fanon rumo a uma cidade descolonial.** In: Editora Científica Digital, 2023. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230713630.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2026.

NOGUEIRA, Gabrielly Rech; ARRUDA, Daniel Péricles. **Uma análise decolonial a partir de Tasha e Tracie.** Revista Anômalas, UFCAT, 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

SILVA, Giovana Fernandes Moreira. **Empoderamento e identidade de mulheres negras no rap: a percepção das letras de Duquesa por mulheres negras do movimento hip-hop em Santa Maria-RS.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Produção Editorial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/36433/Silva_Giovana_Fernandes_Moreira_2025_TCC.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

TASHA; TRACIE. **Yin yang.** São Paulo: CEIA Ent., 2021. 1 single. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1xAWy3Qe6d8>. Acesso em: 20 abr. 2026.

Submissão: abril de 2026. Aceite: abril de 2026. Publicação: maio de 2026.